

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.611 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2002



Dia Mundial de Luta contra a Aids foi lembrado com manifestação em frente ao Congresso Nacional e pronunciamento de Tião Viana

## Tião Viana diz que programa contra a Aids será mantido

PÁGINA 4

## Conselho de Comunicação discute capital estrangeiro

PÁGINA 2

## Comissão de Infra-Estrutura analisa horário de verão

PÁGINA 3

## Mercosul debate criação de comitê da tríplice fronteira

Comissão Parlamentar Conjunta recebe nos dias 4 e 5 representantes de diversos países do continente para debater imediata fundação do comitê, turismo na região e identidade única para trabalhadores fronteiriços.

O presidente da comissão, senador Roberto Requião, prestará, durante o encontro, contas do seu mandato à frente do colegiado. Ele deve enfatizar a necessidade de permanente esforço suprapartidário para fortalecer o Mercosul diante da perspectiva de criação da Área de Livre

Comércio das Américas (Alca). As recomendações da comissão serão levadas à reunião de presidentes dos países membros do Mercosul. Também será promovida na Câmara dos Deputados uma semana de exposição sobre o potencial de desenvolvimento da tríplice fronteira.

PÁGINA 3

## Plenário começa a votar reforma da Justiça na quarta-feira

PÁGINA 3



Comissão de Assuntos Econômicos examina projeto que permite reduzir a zero a alíquota do imposto

## Produtos da cesta básica podem ficar livres do ICMS

PÁGINA 3

# MP sobre capital estrangeiro na mídia será discutida hoje

Membros do Conselho de Comunicação Social analisam medida provisória aprovada pela Câmara dos Deputados duas semanas atrás e que será ainda votada pelos senadores

O Conselho de Comunicação Social (CCS) se reúne hoje para, entre outras questões, receber a análise de alguns de seus membros sobre a medida provisória (MP) que regulamenta a participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação.

A MP foi analisada por representantes das empresas de rádio e de televisão, por jornalistas e

membros da categoria profissional dos artistas e da sociedade civil. Proposta pelo Executivo, a medida foi aprovada na Câmara dos Deputados, duas semanas atrás, sob a forma de projeto de lei de conversão e agora deverá ser submetida ao exame do Senado.

A participação do capital estrangeiro nos meios de comunicação foi fixada em até 30% por propos-

ta de emenda à Constituição aprovada no primeiro semestre.

Na pauta da próxima reunião do CCS também consta a apresentação dos relatos dos trabalhos realizados pelas comissões de Radiodifusão Comunitária, de Regionalização da Programação e de Tecnologia Digital.

Os conselheiros do órgão farão ainda pronunciamento sobre a

qualidade da programação dos meios de comunicação social. Na ocasião, será lido o convite feito ao conselho pela Secretaria Nacional de Justiça para a cerimônia de instalação do Comitê Interinstitucional para Classificação Indicativa de Filmes, Programas Televisivos, Espetáculos Públicos e Jogos Eletrônicos e de RPG, no dia 4 de dezembro.

## Festivais de cinema podem ter benefício da Lei Rouanet

A Comissão de Educação (CE) examina hoje substitutivo de Ricardo Santos (PSDB-ES) a projeto de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que altera a Lei 8.313, denominada Lei Rouanet – que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) –, estendendo seus benefícios a festivais audiovisuais. Alcântara destaca a importância desses eventos para divulgação de boa parte dos filmes em longa metragem e cerca

de uma centena de curtas e médias metragens produzidos anualmente no Brasil.

A CE também examina parecer favorável de Lindberg Cury (PFL-DF) a projeto que altera a veiculação da *Voz do Brasil*. O horário de transmissão do programa, conforme a proposta, será ampliado para o período compreendido entre 19h e 22h, a critério da emissora, que poderá reservar dez minutos para divulgação de notícias locais.

## Agaciel toma posse em conselho da Universidade Católica de Brasília

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, tomou posse na última quinta-feira no Conselho Universitário da Universidade Católica de Brasília. Com um mandato de dois anos, Agaciel representará os 24.678 ex-alunos graduados naquela universidade.

O conselho é composto por diversos representantes da comunidade brasiliense, quatro pró-reitores e é presidido pelo reitor da Universidade Católica.

O convite a Agaciel foi motivado pelo reconhecimento da Uni-

versidade Católica ao trabalho desenvolvido pelo diretor-geral na modernização do Senado. Agaciel salientou que 52% dos servidores da Casa têm nível superior, possivelmente a maior porcentagem num órgão público brasileiro.



Diretor-geral do Senado, Agaciel Maia (D) representará os ex-alunos da instituição

Foto: Divulgação



Márcia Kallume

Missa em Ação de Graças, sexta-feira, lembrou os 39 anos da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Gráfica do Senado). Participaram o 1º vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, o diretor da gráfica, Júlio Pedrosa, e seu pai, Wilson Pedrosa, um dos fundadores do parque gráfico.

## Indicações de embaixadores são examinadas por comissão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se amanhã, a partir das 17h30, para sabatar dois diplomatas indicados pelo presidente da República para serem embaixadores do Brasil no exterior. Os diplomatas Sérgio Eduardo Moreira Lima e Cesar de Faria Domingues Moreira foram indicados, respectivamente, para as embaixadas brasileiras em Israel e no Reino da Noruega.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2002

### PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

### PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: requerimento do senador Antero Paes de Barros, solicitando ao Tribunal de Contas do União que seja remetido ao Senado o resultado de auditoria realizada pela 2ª Secretaria de Controle Externo na Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que altera o inciso do artigo 159 da Constituição federal que cria percentual do IR e IPI para aplicação em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera redação do artigo 6º da Constituição federal incluindo a alimentação nos direitos sociais; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC referente a competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República relativas a atos internacionais; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera o artigo 201 da Constituição federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal, entre outras matérias.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em segundo turno, da PEC que altera o inciso II do artigo 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; continuação da votação, em primeiro turno, da PEC nº 29/00, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que altera o inciso do artigo 159 da Constituição federal criando percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em universidades da Amazônia Legal; votação, em primeiro turno, da PEC que dá nova redação ao artigo 217 da Constituição federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; votação, em primeiro turno, da PEC que cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera a redação do artigo 6º da Constituição federal, incluindo a alimentação nos direitos sociais, entre outras matérias.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera o inciso II do parágrafo 7º do artigo 201 da Constituição federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal; PLC que dá nova redação ao artigo 12 da Lei nº 7.713/88, referente à incidência do Imposto de Renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Mercosul discute a integração fronteiriça

Parlamentares do mercado comum reúnem-se em Brasília, quarta e quinta-feira próximas, para debater criação de comitê das fronteiras entre Brasil, Argentina e Paraguai. Propostas serão enviadas aos governos dos países membros



Antero lembra no requerimento suposta ligação entre grileiros e membros do GDF

## Antero solicita dados de auditoria sobre a Terracap

O Plenário vota amanhã requerimento do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) que envie à Casa o resultado de auditoria realizada na Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). O pedido resultou das preocupações do parlamentar com as denúncias de que há ligações entre grileiros de terras públicas e membros do governo do Distrito Federal.

Antero Paes alega que a Terracap, responsável pela gestão de terras públicas na capital federal, "seria o foco onde estariam acontecendo as principais ilegalidades e irregularidades causadoras de danos ao patrimônio público". Como a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado está investigando o assunto, ele considera fundamental que, o mais rapidamente possível, "a citada auditoria e todos os seus anexos sejam remetidos a esta Casa".

Na quarta-feira, o Senado vota, em segundo turno, substitutivo do senador José Fogaça (PPS-RS) a proposta de emenda à Constituição do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que permite o desenvolvimento funcional de servidor público mediante processo seletivo.

Além do início da votação da reforma do Judiciário, o Plenário delibera no mesmo dia sobre outras seis propostas de alteração do texto constitucional. Uma delas, submetida a segundo turno, é a proposta do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) para que a União destine 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para universidades da Amazônia Legal.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul recebe, na quarta e quinta-feira próximas, parlamentares da Argentina, Paraguai e Uruguai para debater a imediata criação de um comitê da tríplice fronteira cuja operacionalização funcionará como uma vitrine do processo de integração do Mercado Comum do Sul. Também participaram das reuniões representantes do Parlamento Andino e dos legislativos de países associados ao Mercosul.

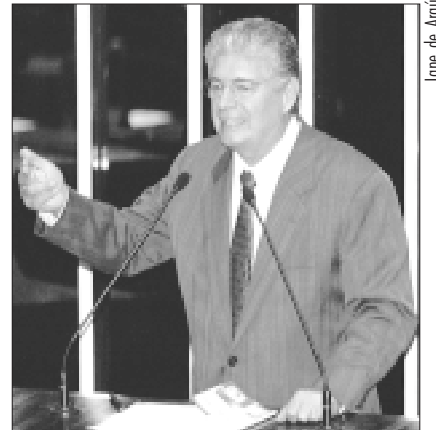
O turismo na região da tríplice

fronteira, formada pelos municípios de Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazu (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai), também estará em foco. Outro destaque é a criação de uma identidade única para os trabalhadores fronteiriços. O evento acontece em paralelo à Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul e países associados, que ocorrerá também em Brasília, no dia 6 (sexta-feira), no Ministério das Relações Exteriores.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da Co-

missão do Mercosul, prestará contas do seu mandato à frente do colegiado e deve enfatizar a necessidade de um permanente esforço suprapartidário na defesa e formulação de políticas públicas para fortalecer, consolidar e ampliar o Mercosul, especialmente frente à perspectiva de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

As recomendações da comissão serão levadas à reunião de presidentes dos países membros do Mercosul.



Roberto Requião defende a ampliação do bloco frente à Alca

## CAE examina alíquota zero para baratear cesta básica

O projeto de lei que permite reduzir a zero a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os produtos da cesta básica volta amanhã à pauta da Comissão de Assuntos Econômicos



Proposta que beneficia consumidor de baixa renda é de autoria de Tebet

(CAE). De autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o projeto foi discutido na última reunião da comissão, quando o presidente da CAE, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), concedeu prazo para melhor exame da matéria.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) questionou a constitucionalidade da proposta, sob a alegação de que é competência do Senado estabelecer alíquotas

e não isentar produtos, o que se dará na prática, caso o projeto venha a ser aprovado.

O relatório do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) conclui com parecer favorável ao projeto. "A elevada carga de tributos destaca-se no preço da alimentação. A mitigação da carga fiscal é necessária e, nesse contexto, medida urgente", afirma o senador no parecer. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também defendeu o mérito da proposta, mas pediu que a CAE examine os impactos que a medida pode representar nas finanças dos estados produtores dos alimentos que compõem a cesta básica.

## Projeto retira Distrito Federal, GO e TO do horário de verão

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisa amanhã, às 14h30, projeto de lei do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão em Goiás, no Tocantins e no Distrito Federal. O projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Consta também da pauta projeto de lei do senador Osmar Dias (PDT-PR) que altera a lei que criou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e disciplina o

regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.

Deverá ser votado na reunião requerimento do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) solicitando o comparecimento, em audiência pública, do presidente da Light, Michael Gaillard, e do diretor-geral da Aneel, José Mário Abdo, para que prestem esclarecimentos sobre o corte de energia efetuado nas dependências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em junho último.

## Plenário começa votação da reforma do Judiciário

A proposta da reforma do Poder Judiciário começa a ser votada nesta quarta-feira. Os senadores discutem 239 emendas apresentadas ao texto acolhido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria estava na ordem do dia da última quarta-feira, mas por sugestão do presidente do Senado, Ramez Tebet, teve a votação adiada.

A intenção de Tebet foi permitir um melhor encaminhamento da votação, uma vez que, além das emendas, há 130 requerimentos de destaque para votação em separado. A equipe da Secretaria

Geral da Mesa está organizando as emendas para votação artigo por artigo. Assim, os senadores serão informados sobre os dispositivos constitucionais alterados pela PEC, a existência ou não de emendas e a opinião do relator Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre cada item.

A discussão da reforma pelo Congresso teve início há dez anos — oito na Câmara dos Deputados e dois no Senado. Na proposta, há alterações importantes na estrutura do Poder Judiciário que deverão gerar ainda amplos debates.

## Pontos polêmicos da proposta

Na votação da reforma do Judiciário, os senadores deverão decidir sobre temas polêmicos como o efeito vinculante; a instrução criminal preliminar pelo Ministério Público; a federalização dos crimes contra os direitos humanos; e a manutenção do recesso do Judiciário.

— *Instrução criminal* — O texto do relator Bernardo Cabral determina que, em infrações penais definidas em lei, a instrução criminal (fase do processo na qual se apura a existência do crime, circunstâncias e autoria) deverá ser feita pelo Poder Judiciário. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propõe que a instrução criminal judicial ocorra em crimes de relevância social, mas precedida de investigações preliminares conduzidas pelo Ministério Público.

— *Federalização do julgamento de crimes contra os direitos humanos* — O relator torna federais

os crimes abrangidos por tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.

— *Fim do recesso do Judiciário (férias forenses)* — Depois de debates na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, decidiu-se manter o recesso do Judiciário.

— *Súmula vinculante e súmula impeditiva de recursos* — O texto do relator institui a súmula vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal Superior do Trabalho (TST). A mudança obrigaria, dadas certas condições, os juizados de primeira instância a seguirem as decisões desses tribunais superiores. Os senadores José Fogaça (PPS-RS) e Roberto Saturnino (PT-RJ) propõem a súmula impeditiva de recurso, restrita ao STF. O instituto evitaria recursos contra decisões já consagradas pelo Supremo.

# Viana diz que Lula vai manter programa de combate à Aids

Senador comenta relatórios sobre a expansão da doença e adverte que o problema “tem de ser discutido na família, nas escolas, nas igrejas”

Às vésperas do transcurso do Dia Mundial de Luta contra a Aids, celebrado anualmente em 1º de dezembro, o senador Tião Viana (PT-AC) anunciou em Plenário, na sexta-feira, o compromisso do governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva de manter as iniciativas bem-sucedidas do programa brasileiro de combate à doença. Na ocasião, o senador comentou dados do boletim anual da Unaid, agência das Nações Unidas para o controle da epidemia, dedicando especial atenção ao avanço da infecção entre as mulheres.

Segundo informou Tião Viana, cerca de 42 milhões de pessoas convivem hoje com a Aids no planeta. Desse total, 29,4 milhões de doentes estão na África Subsaariana, dos quais 58% são mulheres. “Nessa região, 8,8% da população estão infectados, o que



Tião Viana: prevenção é a alternativa “mais barata e viável” para conter crescimento da Aids

representa uma tragédia social e humana”, comentou.

Quanto ao Brasil, Tião Viana citou dados do Ministério da Saúde que apontam a notificação de mais de 220 mil casos desde o início da epidemia no país, na década de 80. A estimativa é de surgimento de 20 mil novos casos ao ano, a maior parte entre mulheres casadas de baixa renda e moradoras de periferias e pe-

quenas cidades.

Na análise do senador, a baixa escolaridade, o precário acesso aos serviços de saúde e o preconceito são fatores essenciais para a disseminação da doença entre os mais carentes. A prevenção seria, então, a alternativa “mais barata e viável” para conter a expansão da Aids.

— Essa questão tem de ser discutida na família, nas escolas, nas igrejas, para que o Brasil possa ser o primeiro país em desenvolvimento a reduzir o número de casos e abrir caminho para a eliminação da doença — disse Tião Viana.

Nesse esforço contra a propagação da infecção, Tião Viana destacou o “importante” papel da imprensa brasileira, citando recentes editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio Brasileiro*.

## Novo governo terá apoio da sociedade, prevê Lúdio

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse sexta-feira que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva terá todo o apoio da sociedade brasileira para implantar as grandes reformas de que o país necessita. Ele acrescentou não se lembrar, em toda sua vida pública, de haver presenciado um cenário de tanta expectativa positiva em relação a um novo governo. O momento, observou, é extremamente adequado para que o Brasil promova uma reforma de todo o poder público.

Outro fato que vem chamando a atenção do mundo, segundo Lúdio, é a mudança, sem radicalismo, de um governo capitalista e liberal para o de um líder trabalhador, “tudo dentro da maior concórdia”. Ele afirmou que o exemplo brasileiro é, inclusive, mais marcante que o da Polônia, quando o líder operário Lech Walesa assumiu a direção do país, em 1990. Para o senador, as declarações e sinalizações dos prováveis futuros ministros de Lula vêm deixando boa impressão em toda a sociedade.

— Estou esperançoso. Se houver persistência na linha apresentada até agora, de respeito aos contratos assumidos pelo país e busca da estabilidade econômica, creio que estaremos no caminho correto — disse.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) elogiou a análise de Lúdio Coelho, destacando, contudo, as dificuldades que serão herdadas pelo próximo governo.



Lúdio declarou-se “esperançoso” com o futuro governo

## Nabor pede mais estudo do projeto sobre hospitais

Com base em ofício que recebeu de José Aristodemo Pinotti, professor titular de Ginecologia do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) conclamou os demais senadores a estudarem de forma aprofundada o projeto de lei que possibilita aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares de pacientes particulares ou de usuários de convênios.

No ofício, lido por Nabor sexta-feira em Plenário, Pinotti afirma que o atendimento a pacientes privados em hospitais públicos, em condições diferenciadas, é uma prática antiética, que aumenta, de modo perverso, a demanda reprimida de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em carta ao presidente do Senado, Ramez Tebet, também lida por Nabor, Pinotti solicita a retirada de pauta do projeto. Na presidência da sessão, o vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), lembrou que o projeto é do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e que há um requerimento de informações ao Ministério da Saúde sobre o assunto, apresentado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). Segundo Lobão, se a Mesa deferir o requerimento de informações, a tramitação do projeto ficará sobrestada até que chegue ao Senado a resposta do ministério.



Nabor Júnior leu cartas enviadas pelo professor Pinotti

## Lobão alerta para “fuga de cérebros” do Brasil

Com dados que indicam a ida de cientistas e pesquisadores brasileiros para o exterior, o senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu iniciativas do governo para evitar essa “fuga de cérebros”, que, na sua opinião, compromete o desenvolvimento do país.



Para Lobão, saída de cientistas condena o país ao atraso

Para o senador, a permanecer o cenário atual, “o Brasil estará condenado ao atraso” e continuará dependente dos países desenvolvidos.

— Cientistas capazes, pesquisadores competentes, reconhecidos, são compelidos a abandonar o país por carência de perspectivas profissionais. Levantamentos mostram que 10% dos que fazem doutorado no exterior não voltam — afirmou.

Edison Lobão apresentou estudos segundo os quais grandes investimentos são feitos nesses pesquisadores, que, quando se tornam maduros, por falta de oportunidades, acabam não dando o retorno esperado à sociedade. De acordo com pesquisa do médico Ricardo Guimarães, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), exemplificou o senador, 966 cientistas brasileiros foram trabalhar definitivamente no exterior somente entre 1993 e 1999.

— Essa transferência causou prejuízo de US\$ 100 milhões ao Brasil, sem contar perdas para o desenvolvimento, pois a formação de um doutor deve chegar a US\$ 100 mil —

apontou Lobão, lamentando ainda que o Brasil seja o maior exportador de inteligências da América Latina e o segundo do *ranking* mundial, atrás apenas da Índia, segundo o professor Antonio Carlos Pereira Jr., também da UFRJ.

O senador citou o presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Crowdwaldo Pavan, que culpa a política do governo federal pela “debandada de cérebros”.

— A falta de emprego é a maior alegação para não se voltar ao Brasil. A queda de contratação pelas universidades públicas diminuiu o mercado de trabalho. São muitos os fatores que desencorajam a permanência no país: poucos recursos para educação e pesquisa, limitadas perspectivas de progresso na carreira e estruturas acadêmicas obsoletas — analisou Lobão.

O senador narrou que os técnicos da base de lançamento de foguetes em Alcântara (MA) recebem salários “verdadeiramente ridículos”, que chegam a 5% dos padrões internacionais.

— O governo precisa se dar conta disso e adotar uma política para manter esses cérebros aqui — concluiu Lobão, que foi parabenizado, em aparte, pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

### Brasil investe menos de 1% do PIB em C&T

Um bom indicador dos investimentos em ciência e tecnologia (C&T) nos países é dado pela evolução dos gastos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). O Brasil investe menos de 1% do PIB em C&T. Veja a relação de outros países abaixo:

Entre 2,6% e 3%	Japão, Coreia do Sul, EUA, Suécia
Entre 2,1% e 2,5%	Alemanha, França, Finlândia, Canadá
Entre 1% e 2%	Inglaterra, Itália, Bélgica, Índia
Abaixo de 1%	Brasil, Espanha, Argentina

Fonte: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), 1999

## CPI ouve dois representantes de organizações não-governamentais

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga possíveis irregularidades de organizações não-governamentais (ONGs) reúne-se amanhã, após a ordem do dia, para ouvir o depoimento de Sérgio

Haddad, presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), e de José Antonio dos Santos, representante no Brasil da ONG canadense Focus on Sabbatical.